



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE,
REALIZADA NO DIA 19 DE JULHO DE 2018.**

Nº. 17/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,30 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a Câmara conhecimento das respostas dadas aos Srs. Vereadores da CDU, através do ofício que a seguir se transcreve, constituindo anexos à presente ata os apêndices referidos no mesmo, aos requerimentos que os mesmos apresentaram na reunião anterior:

"Em resposta às vossas solicitações, em momentos e requerimentos diferentes, sou a informar que, a listagem das faturas registadas pagas e não pagas à data de 30/06/2018 se encontra em apêndice com o nº.1.

A listagem de requerimentos apresentados pelos eleitos do PS no mandato 2014/2017 e as correspondentes respostas, com datas, encontra-se em apêndice com o nº.2.

Em resposta ao requerimento sobre o tipo de produtos herbicidas aplicados em espaços públicos na vila de Castro Verde, informo que, com o conhecimento do executivo não foram aplicados quaisquer produtos herbicidas.

Os termos de referência para o ajuste direto para a elaboração de projetos do PEDU encontram-se em apêndice com o nº.3. Quanto às entidades convidadas, foram dirigidas solicitações a: Paratelier Ld.^a, Frederico Vital Soares, Unipessoal Ld.^a. e a Campos Costa Arquitetos (**Adjudicado**).

Informo também que, o "Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria" relativos ao exercício de 2017 não foi entregue em 19 de Abril de 2018, aquando da aprovação das contas, dado que, o mesmo ainda não tinha sido entregue pelos seus autores ao Município. Informo ainda que o mesmo se encontra publicado no sítio da internet oficial da Câmara Municipal de Castro Verde, em <http://www.cm-castroverde.pt/pt/menu/274/relatorio-e-contas.aspx>.

Em relação ao processo de mobilidade intercarreiras, os colabores envolvidos neste processo foram integrados da seguinte forma:

Funcionário	Função	Divisão/Setor
Ana Cristina de Brito Caetano e Silva	Investigação social	Divisão de Educação e Ação Social/Ação Social e Saúde
Ana Paula Raposo Mira	Educação	Divisão de Educação e Ação Social/Educação
Anabela Rosa dos Santos Silva	Proteção Civil	Serviço Municipal de Proteção Civil
Dora Cristina Paulino Costa	Assistente Social	Divisão de Educação e Ação Social/Ação Social e Saúde
Inês Guerreiro Alexandre	Serviço Social	Divisão de Educação e Ação Social/Ação Social e Saúde (CPCJ)
Maria Inês Alegre Camacho Nobre Conceição	Técnica Desporto	Divisão de Cultura e Desporto/Setor Desportivo
Maria Isabel Colaço Constantino	Informática	Divisão de Administração e Finanças/Informática e Modernização Administrativa
Patrícia Inês Fernandes Jesuino	Técnica Superior	Divisão de Cultura e Desporto/Setor de Cultura, Museus e Turismo
Paulo Jorge Marques Cristina	Técnico Superior	Divisão de Cultura e Desporto/Setor de Cultura, Museus e Turismo
Patrícia Isabel Marques Lampreia	Técnica Superior	Divisão de Cultura e Desporto/Setor de Bibliotecas e Tempos Livres

Relativamente a esta última resposta, o Sr. Presidente da Câmara informou que o funcionário Paulo Jorge Marques Cristina, Assistente Técnico de Biblioteca e Documentação, optou por não aceitar o processo de mobilidade, mantendo assim a mesma categoria e funções.

Informou depois o Sr. Presidente da Câmara da recente 2ª.alteração ao Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMBAL que contempla uma nova divisão dos encargos financeiros para a realização das obras de recuperação da Escola Secundária de Castro Verde.

Interveio a seguir o Sr. Vereador Francisco Duarte que agradeceu as respostas dadas às questões que solicitou na reunião anterior, lembrando contudo que não tinha ainda recebido a informação que relativa aos itens que contribuíram para as despesas com a realização das iniciativas "Primavera no Campo Branco" e "Festival do Borrego".

Questionou ainda o mesmo Vereador a situação relativa aos teores de selénio existentes na água de abastecimento público de São Marcos da Ataboeira, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que a Câmara Municipal está a acompanhar a situação em conjunto com as Águas do Alentejo e que, a exemplo do que sucedeu noutras ocasiões, tem a expectativas de a situação ser superada com a maior brevidade.

Interveio a seguir o Sr. Vereador António João Colaço opinando que a sinalização que está a ser colocada na EM 508, no âmbito da campanha de prevenção rodoviária, concertada com a SOMINCOR, vai certamente colidir com o espaço das obras a levar a efeito na mesma via e que em consequência certamente terá que ser retirada logo que as mesmas obras se iniciem, e daí os inconvenientes resultantes.

Alertaram ainda os Srs. Vereadores António João Colaço e Francisco Duarte para as obras efetuadas no recinto da Escola dos Namorados, com o rebaixamento do poço/cisterna lá existente e a sua cobertura com betão, questionando, por isso, se foi tido em conta cargas não habituais na

mesma cobertura, nomeadamente durante as festas de verão, o que poderá por em perigo as pessoas e bens.

O Sr. Presidente da Câmara tomou a devida nota.

Apresentaram os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço os seguintes requerimentos:

- **"Assunto: Comparticipações de Fundos Comunitários:**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre as comparticipações de Fundos Comunitários recebidas no período que decorreu entre 17 de Outubro de 2017 e 30 de Junho de 2018.

A informação solicitada deverá estar organizada por candidatura aprovada e especificar nomeadamente:

- 1 – Pedidos de pagamento apresentado, com data e montante;
- 2 – Reembolsos recebidos, com data e montante;
- 3 – Outros dados que entendam relevantes."

- **"Assunto: IN Castro – Centro de Ideias e Negócios:**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre a atribuição de espaços no INCastro (e respetiva modalidade), no período que decorreu entre 17 de Outubro de 2017 e 30 de Junho de 2018.

Mais solicitam informação detalhada sobre a(s) atividade(s) promovidas no seu âmbito com vista a cumprir os objetivos para os quais foi criado".

- **"Assunto: Compostores comunitários:**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre os "compostores orgânicos" retirados do espaço público.

- **"Assunto: Obras na Basílica Real de Castro Verde:**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal têm tomado conhecimento, através da comunicação social das preocupações do senhor presidente relativamente ao estado de conservação da Basílica Real de Castro Verde.

Muito recentemente, através duma notícia publicada no Público de 9/07, tomámos também conhecimento dos contactos entre a CMCV e a Paróquia de Castro Verde no sentido de procurar financiamento para as obras de conservação.

Assim, solicitamos através do presente requerimento que nos seja prestada informação sobre

- a) Qual o projeto (a existir) que vos permitiu avançar com a estimativa de 100.000 €?
- b) Quais as intervenções, nele preconizadas, para a conservação do edifício?
- c) Quais os canais de cofinanciamento a que estão a pensar recorrer?"

- **"Assunto: Hortas Comunitárias:**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre:

Se já repararam no perigo que é neste momento sair do acesso às hortas, em virtude da dimensão dos pastos na berma da N2, pela dificuldade de visibilidade. Vai a Câmara interceder junto da EP para que procedam ao corte ou vai a Câmara cortar dada a urgência e perigosidade da situação?

Se o fornecimento de água já se encontra assegurado a partir do poço da Horta da Nora à imagem do que antes era feito na época estival, uma vez que isso causa transtorno aos utilizadores inibindo-os de cultivar com receio de que a água se acabe;

Se pensam fornecer algum estrume antes da instalação das próximas culturas de outono/ inverno à imagem do que era feito anteriormente, ou vão continuar a não fornecer obrigando assim os hortelões a recorrer a adubos sintéticos, como a maioria já fez nas culturas de outono/inverno e primavera/verão da vossa vigência;

Se pretendem reerguer a placa identificativa que, como deve ser do seu conhecimento, foi derrubada pelo vento no início do ano, uma vez que a identificação do projeto é importante para quem passa na Estrada Nacional 2;

Qual o resultado das notificações que fizeram e se pensam redistribuir por novos utilizadores os lotes em estado e quase estado de abandono, e que já são mais de vinte;

Se há lista de espera atualmente e quantos são os inscritos;

Se pensam acabar a limpeza dos pastos nos espaços onde ainda não está concluída;

Quando pensam mandar cortar o pasto na envolvente do alpendre, uma vez que o acesso está obstruído à sua utilização, estando também em risco de se perder a instalação uma vez que a sua cobertura é toda em madeira, nomeadamente os pilares de suporte;

Se pensam mandar reparar o WC, que se encontra com alguns problemas nomeadamente ao nível do chão. O WC é de importância básica sendo bastante utilizado, principalmente pelas pessoas mais idosas que correm o risco de se aleijar;

Se pensam replantar as árvores que constituem a cortina quebra ventos e que morreram durante o verão em virtude da época das chuvas não ter sido a melhor e nem terem sido regadas."

- **"Assunto: Custos das "Festas de Castro 2018":**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação, com o detalhe adequado, sobre os encargos financeiros e outros assumidos pela Câmara Municipal para a promoção e realização das "Festas de Castro 2018".

Mais solicitam cópia do contrato de patrocínio celebrado com a "SAGRES" e o contrato de aquisição ou locação das "casas de madeira pré-fabricadas" onde estiveram instalados os bares, durante as referidas festas."

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Informações e expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente recebido:

- "E-mails" do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento da pergunta que efetuou ao Governo sobre a "Eletrificação da linha do Alentejo"; da

reapreciação do Decreto 201/XIII-3", sobre o "Regime jurídico da atividade de transporte individual de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica"; e das suas propostas apresentadas no quadro desta reapreciação, e do "Projeto de Lei nº. 1763/XIII – Pelo cumprimento do Plano Rodoviário e pela conclusão do IP8 nos distritos de Setúbal e Beja."

- "E-mails" do Grupo Parlamentar Os Verdes dando conhecimento dos seus projetos de lei agendados no passado dia 18 do corrente mês, na Assembleia da República.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - 6ª. alteração ao Orçamento e Opções do Plano – 2018:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta:

"Considerando a necessidade de se fazer uma alteração aos documentos previsionais do ano de 2018, e que esta implica o reforço de algumas rubricas e a redução de outras.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o artº 33º/1 al. d) da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Formalmente, proponho que a Câmara Municipal, de acordo com o preceito legislativo, aprove na próxima reunião, a alteração nº. 6 dos documentos previsionais de 2018 (Orçamento e Gop,s)."

Apreciada a proposta de alteração ao Orçamento e Opções do Plano, foi a mesma submetida a votação, tendo a Câmara deliberado, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprová-la, ficando os respetivos documentos anexos à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

2.- Alteração aos Protocolos de Cooperação acordados com o Tesouro da Basílica Real, com a CORTIÇOL e com a Liga para a Proteção da Natureza:

Apreciou a Câmara as minutas das alterações a efetuar aos Protocolos de Cooperação acordados com o Tesouro da Basílica Real, com a CORTIÇOL e com a Liga para a Proteção da Natureza, apresentadas pelo Sr. Presidente, tendo deliberado, por maioria com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, a sua aprovação.

Ficam anexas à presente ata as minutas ora aprovadas, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritas.

3. - Autorização para alienação de lote de terreno para construção urbana, através de concurso público:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"O Município de Castro Verde é dono e legítimo proprietário de um lote de terreno sito na Rua Timor Lorosae, lote 34, em Castro Verde, destinado a construção (habitação), o qual se encontra em condições para se proceder à sua alienação.

O lote de terreno a alienar tem como objetivo criar condições de habitação para a fixação de famílias, que se proponham a fixar residência permanente na área do Município de Castro Verde.

Assim proponho que a Câmara Municipal delibere:

- a) No uso da competência prevista nos termos no disposto no art.º 33º/1-.g) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, autorizar a alienação, através de concurso público, do referido lote de terreno.
- b) Aprovar o valor fixado como preço base para a alienação do lote, cujo valor total da alienação é de 15.000,00 €.

O concurso público será publicitado através de editais nos lugares públicos do costume, na página de internet do município e mediante a publicação de edital em jornal regional".

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, autorizar a alienação do lote de terreno em causa, nas condições propostas pelo Sr. Presidente.

4. - Celebração de contrato de cedência de espaço entre a Câmara Municipal e a empresa Derivados e Segmentos SA:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando que, o concelho de Castro Verde e, consequentemente os seus munícipes e o seu tecido empresarial se encontram numa situação desfavorável no que toca ao acesso a uma rede digital de nova geração, quando em comparação com a maioria das regiões do país e, mais objetivamente, quando esse paralelo se faz com os concelhos vizinhos;

Considerando que, foi nossa convicção, desde sempre, que um concelho com a dinâmica económica e social de Castro Verde não poderia registar um tão evidente atraso em relação à oferta de meios que lhe proporcionem competitividade em relação aos demais territórios;

Considerando que, apesar de reduzido em número, o tecido empresarial concelhio é um dos motores essenciais do desenvolvimento económico local e ciente das vantagens competitivas desta tecnologia de nova geração;

Considerando, ainda, que em função da ação desenvolvida neste início de mandato foi possível gerar o interesse de um operador de rede de fibra óptica em operar no nosso concelho;

Considerando, também que a Câmara alcançou um princípio de acordo com a empresa Derivados & Segmentos, SA para a interligação da infraestrutura de fibra óptica aos edifícios municipais, substituindo a atual ligação wireless, e que esta simples operação permitirá eliminar os custos do Município com a componente de manutenção deste sistema, bem como eliminar os elevados custos com a existência de uma ligação dedicada em fibra ao edifício dos Paços do Concelho;

Considerando que, em contrapartida, o Município de Castro Verde propõe o gozo temporário por 20 anos de 40 m2 do prédio sito na Rua José Gomes Ferreira, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével, nos termos e condições inscritos na minuta de contrato anexa à presente proposta;

Proponho a aprovação da celebração de um Contrato de Cedência de Espaço entre a Câmara Municipal de Castro Verde e a Derivados & Segmentos SA, nos termos nomeados na minuta em anexo a esta proposta.

Apreciado e discutido o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a minuta do contrato de cedência do espaço em causa, a celebrar com a empresa Derivados & Segmentos, conforme anexo à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

Pese embora a votação favorável dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, informaram os mesmos que pretendiam entregar à posterior uma declaração, o que se verificou, e que a seguir se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE PROPOSTA DA FIBRA ÓPTICA – 19/07/2018:

Os eleitos da CDU vão votar favoravelmente a proposta do Senhor Presidente sobre a cedência temporária (20 anos) do uso de uma parcela de 40m² de terreno do prédio das Piscinas Municipais, na expectativa de que esta cedência contribua positivamente para a instalação de uma infraestrutura de fibra óptica na vila de Castro Verde e sobretudo que o seu acesso seja universal e a preços acessíveis para a população que dele necessita.

No entanto nos considerandos da proposta nada é referido sobre esta matéria, limitando-se a confundir deliberadamente dois aspetos completamente independentes:

- a) *“Em função a ação desenvolvida neste início de mandato (o que se passou antes, se não o podem esconder, pelo menos tudo fazem para que caia no esquecimento) foi possível gerar o interesse de um operador de rede de fibra óptica em operar no nosso concelho;” Qual?*

Na sequência de um nosso requerimento, o Senhor Presidente informa em janeiro 2018 que a ALTICE/Portugal Telecom tem programada a comercialização a retalho dos serviços de fibra óptica em Castro Verde até ao final do Verão de 2018. Esta programação já tinha sido transmitida ao anterior Presidente em setembro de 2017.

- b) *“... A Câmara alcançou um princípio de acordo com a empresa Derivados & Segmentos, SA para a interligação da infraestrutura de fibra óptica aos edifícios municipais...”. Qual? Em que termos e condições?*

Assim, para nossa melhor informação levantámos uma série de questões/dúvidas que não foram devidamente esclarecidas.

Em nosso entender a proposta apresentada e em apreciação limita-se a ceder uma parcela de terreno a uma empresa instaladora das infraestruturas de fibra óptica (Derivados & Segmentos, SA), sendo que as contrapartidas para a Câmara Municipal se traduzirão na instalação dos acessos à mesma para os equipamentos municipais listados no contrato de cedência.

Relativamente aos eventuais benefícios (financeiros ou outros) da futura contratação da prestação do serviço, a proposta e a conversa que se gerou à sua volta foram completamente omissas.

Relativamente às garantias de execução e prazos de instalação das mencionadas redes, a proposta também é completamente omissa.

Relativamente ao acesso universal e a preços acessíveis do serviço de fibra óptica, a proposta também é completamente omissa.”

O Sr. Presidente da Câmara, face às dúvidas e aparente inquietação apresentadas, informou que, de facto, nesta matéria como noutras, foi possível fazer muito mais em oito meses do que nos últimos longos anos. Frisou ainda que a sua expectativa é que nos próximos meses tenhamos fibra óptica em Castro Verde até porque, a par do protocolo agora apresentado, todo o processo já deu entrada nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal. Na opinião do Sr. Presidente, o caminho que está a ser feito é positivo para todos e, necessariamente, também será do agrado dos Srs. Vereadores da CDU pois, como é notório, esta resposta é muito necessária e muito reivindicada, há muito tempo, pelos munícipes de Castro Verde.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

Obras particulares:

1. - Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e com base nos respetivos pareceres técnicos, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar os seguintes projetos para efeitos de deliberação final sobre os respetivos processos de obras:

- das especialidades, apresentados por Orlando Manuel Luzia Cristina, para construção de uma habitação na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, s/n, em Castro Verde (proc.º 6/2018).
- das especialidades, apresentados por Nuno Alexandre P. Guerreiro, para construção de habitação na Rua Sofia de Melo Breyner, lote 44, em Castro Verde (proc.º 13/2018).
- das especialidades, apresentados por António Gregório Mira & J.G. Mira Ld.ª para construção de armazém na Rua da Arranha nº. 1, em Castro Verde (proc.º 15/2018).
- de arquitetura e especialidades apresentados pela SOMINCOR, para instalação de infraestrutura metálica, para construção de edifício pré-fabricado modular metálico e para construção de armazém de apoio no projeto ZEP, tudo no Couto Mineiro de Neves Corvo (proc.ºs nº. 27, 28 e 31/2018).

2. - Comunicação prévia nos termos do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de Setembro:

Tomou a Câmara conhecimento da comunicação prévia, ao abrigo do disposto na legislação acima referida, apresentada por Rui Jorge Fernandes, para construção de habitação na Rua Álvaro Cunhal, lote 27, em Entradas.

3.- Caducidade de processo de obras:

Com base na informação da Secção de Licenciamento de Urbanização e Edificação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, declarar a caducidade do processo de obras de Transmissão Sado – Reparação de Caixas de Velocidade, Unipessoal Ld.ª., para construção de pavilhão modular no Largo da Feira, lote 2, em Castro Verde, na medida em que, notificado o requerente, o mesmo declarou que pretende a suspensão do respetivo processo, pelo que nos termos do nº.5 do Art.º 71º do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº.136/2014, de 9 de setembro, estão reunidos todos os requisitos para ser declarada a sua caducidade:

Obras e loteamentos municipais:

1.- Empreitada de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade – Entradas – trabalhos a mais adicionais:

Apreciou a Câmara a seguinte informação prestada pelo Chefe de Divisão de Obras e Gestão Urbanística:

Introdução.

Em primeiro lugar importa referir que a presente empreitada de construção, materializa a execução de um edifício em 2017, cujos projetos são de 2009, pelo que, no decorrer dos trabalhos, relativos à obra em epígrafe, foi verificada a necessidade de ordenar a execução de trabalhos não previstos inicialmente, resultando parte destes em trabalhos de espécie não prevista no contrato da empreitada (*com preços unitários acordados entre a fiscalização e o empreiteiro, tendo em atenção os preços correntes praticados e o respetivo enquadramento comparativo com o conjunto de preços unitários da proposta adjudicada*), e parte em trabalhos do contrato (*cujo valor foi calculado tendo por base os preços unitários de trabalhos da mesma natureza*).

Descrição dos trabalhos a mais, adicionais, necessários à boa conclusão da obra.

Durante o decurso da obra verificou-se ser necessário proceder a reajustamentos controlados, respeitando as soluções e orientações de projeto no sentido de solucionar as contrariedades e sem que as soluções acordadas contribuíssem para a derrapagem financeira da obra.

1 - Os trabalhos a mais de espécie prevista no contrato, dividem-se em 4 capítulos, relativamente ao mapa de trabalhos do contrato, a saber:

i) Capítulo 5 – Revestimento de paredes e Capítulo 9 - Pinturas

O projeto a concurso previa que o interior do edifício fosse executado com os panos de alvenaria "à vista", sem acabamento (reboco e pintura). No entanto dado o do tipo de tijolo previsto, que não o corrente (tijolo térmico de 0,29 de espessura) verificou-se em obra que era de difícil execução o corte e montagem do tijolo de forma a permitir um acabamento "à vista" com as juntas alinhadas e principalmente na verga arredondada do portão, não existindo condições para um acabamento perfeito. Desta forma, foi decidido entre a fiscalização, o empreiteiro e o projetista optar por rebocar e pintar o interior do edifício.

ii) Capítulo 13 – Estabilidade

Aqui os trabalhos a mais (escavação, betão, aço e cofragem) resultam principalmente de acertos de quantidades verificados após a aplicação destes componentes, aferidos após a sua medição em obra.

iii) Capítulo 19 – Eletricidade

Aqui os trabalhos a mais (esteira metálica) resultam de acerto de quantidades verificados após a aplicação deste componente, aferido após a sua medição em obra.

A proposta de Trabalhos a Mais (adicionais de espécie prevista no contrato) importa em € 11.999,36

A formalização destes trabalhos foi acordada com o empreiteiro nas reuniões de obra, sendo que a execução dos mesmos mereceu sempre consentimento superior.

2 – Os trabalhos a mais de espécie não prevista no contrato, dividem-se em 6 capítulos, a saber.

i) Pavimentos

Estes trabalhos resultaram da necessidade de executar uma caleira em meia cana no pé do talude do logradouro de forma a canalizar as águas pluviais para o exterior do lote. Da necessidade de reforçar o fochinho dos degraus interiores com cantoneiras em aço e por último de execução de acabamento do pavimento da nova arrecadação criada sob as escadas.

ii) Carpintarias

Este trabalho resultou da necessidade de criar uma porta na zona de acesso ao novo espaço de arrecadação sob o vão das escadas.

iii) Mobiliário e acessórios diversos

Este trabalho a mais resultou da instalação de um torno numa das bancadas metálicas.

iv) Impermeabilizações

Este trabalho resultou da necessidade de executar um dreno no logradouro, de forma a promover o bom escoamento das águas pluviais.

v) Eletricidade

Este trabalho resultou sobretudo na mais valia da transformação das luminárias convencionais em leds, decorrente da apresentação de um estudo luminotécnico que apresenta uma redução do consumo do edifício em aproximadamente 60%.

vi) Arranjos exteriores

Estes trabalhos resultaram da necessidade de adaptar o logradouro a cotas mais favoráveis em termos de escoamento de águas por escorrência superficial bem como na execução de um dreno no logradouro, junto ao edifício vizinho de forma a promover o bom escoamento das águas pluviais sem que estas interfiram na construção existente.

A proposta de Trabalhos a Mais (adicionais de espécie não prevista no contrato) importa em € 6.137,62

A formalização destes trabalhos foi acordada com o empreiteiro nas reuniões de obra, sendo que a execução dos mesmos mereceu sempre consentimento superior.

Conclusão e Proposta.

- Proposta de Trabalhos a Mais (adicionais de espécie prevista no contrato): € 11.999,36.
- Proposta de Trabalhos a Mais (adicionais de espécie não prevista no contrato): € 6.137,62.

-O Valor total dos Trabalhos a Mais importa em : € 18.136,98

O preço atribuído à totalidade dos Trabalhos a Mais representa menos de 14 % do valor da adjudicação.

Nos termos supra propõe-se:

- A aprovação formal dos trabalhos a mais adicionais, na importância de € 18.136,98, acima descritos e nos autos anexos, sendo que estes se revelaram estritamente necessários ao acabamento da empreitada.

Estes trabalhos a mais, enquadram-se no disposto na alínea b) do n.º 1 do art. 370º do CCP, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro alterado pelo DL 149/2012, de 12 de julho, que considera trabalhos a mais aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista contrato e que

"Não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra.". Os mesmos também se enquadram no disposto na alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, uma vez que a sua cotação (preço) não excede 40% do preço contratual."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar os trabalhos a mais adicionais, na importância de 18.136,98 €, autorizando o respetivo pagamento.

2.- Empreitada de construção do Centro de Viola Campaniça, Artes e Ofícios de Castro Verde:

- Pedido de adiantamento:

Apreciou a Câmara a seguinte informação prestada pelo Chefe de Divisão de Obras e Gestão Urbanística:

INFORMAÇÃO

1 - Relativamente ao adiantamento, solicitado pelo empreiteiro no seu ofício com a Ref: 6219-PBR de 18 de junho de 2018, somos a informar que, de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 292º do CCP, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro alterado pelo DL 149/2012, de 12 de julho, os adiantamentos de preço por conta das prestações a realizar devem ter em atenção que:

- O seu valor não pode ser superior a 30% do preço contratual, no caso do presente contrato o mesmo não pode exceder € 144.930;
- Deverá ser prestada caução de valor igual ou superior ao adiantamento efetuado.

- Mais se informa que o *Caderno de Encargos* que serviu de base ao concurso, e que é parte integrante do contrato da empreitada, celebrado com a ICEBLOCK, Sociedade de Construções, S.A., prevê na sua *Cláusula 38º* a possibilidade de serem efetuados adiantamentos ao empreiteiro, desde que solicitados.

- De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, quando a despesa inerente ao contrato se realizar em mais de um ano, só se podem efetuar adiantamentos de preço quando, até ao final do ano económico no qual são efetuados os adiantamentos, sejam realizadas prestações de montante igual ou superior ao valor adiantado.

2 – Analisado o procedimento adotado para a formação do contrato, verifica-se o seguinte:

- O contrato da empreitada foi assinado em 23 de junho de 2017, tendo sido a empreitada consignada apenas em 2 de julho de 2018. (mais de 12 meses depois), devido ao fato do processo ter sido enviado para visto do Tribunal de Contas em 26 de junho de 2017, ter sido registado por este tribunal em 28 de junho de 2017 e apenas visado em 24 de maio de 2018.

- No *Plano Plurianual de Investimentos* aprovado para o ano de 2018, que transitou de 2017, está comprometida a verba de € 219.583,47, verba esta suficiente para cobrir o adiantamento solicitado pelo empreiteiro.

- No *Plano de Trabalhos* ajustado, apresentado pelo empreiteiro na consignação da obra, está previsto realizar para o ano de 2018, um total de obra com o custo de € 204.484,96.

3. – Pretende o empreiteiro um adiantamento de preço na ordem de 25% (€ 120.755,00) do valor global da empreitada (€ 430.100,00), de forma a permitir a aquisição atempada de materiais a incorporar na obra.

Em face do exposto anteriormente, e sabendo nós que para este tipo específico de empreitadas (reabilitação/reconversão de edifícios antigos), antes de se proceder a qualquer trabalho, sobretudo

nas demolições, é fundamental o apoio inicial de equipamento diverso e materiais de escoramento. Tendo em atenção que a consignação da obra apenas foi feita mais de um ano depois da assinatura do contrato da empreitada, por fatores externos ao empreiteiro, somos de opinião que existem razões para aceitar o pedido de adiantamento solicitado, desde que seja prestada a devida caução de valor igual ou superior ao adiantamento em causa.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara por unanimidade e nominalmente, aceitar o pedido de adiantamento solicitado pelo adjudicatário da obra em título, ICEBLOCK - Sociedade de Construções SA, autorizando o respetivo pagamento.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

Concessão e renovação de Cartões Sociais

Com base na informação nº. 339 e respetiva documentação elaborada pela Divisão de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Francisco Sequeira Costa Colaço Janeiro, Alexandra da Silva Fragoso, Rita Isabel Guerreiro dos Santos, Mimosete Etelvina Manuel Domingos, Maria Corália da Encarnação Barão, e a Maria Catarina Coelho Candeias, todos residentes em Castro Verde, no escalão A, e de António Francisco Rosado da Conceição, residente no Lombador, e de Cesaltina Mestre dos Anjos Tomé, residente no Beringelinho, igualmente no escalão A.
- Renovar o cartão social de Graciete Bárbara Guerreiro Martins, residente nos Geraldos, no escalão A.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,20 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.

